



Austeridade



REACÇÕES

Os juízes têm um regime de jubilação que estabelece e garante os direitos e deveres que têm durante toda a vida. Não é um privilégio dos juízes, é uma garantia de independência durante toda a vida"

MOURAZ LOPES ASSOC. SINDICAL DOS JUÍZES

"Com propostas dessa natureza, vejam mesmo se [o relatório] é do FMI, se é de um técnico falso"

ANTÓNIO COSTA PRESIDENTE CML

São absolutamente inaceitáveis. Não é aceitável que se destrua a vida das pessoas e que não haja qualquer nível de preocupação com a melhoria do funcionamento da administração pública. São cortes cegos"

JOÃO PROENÇA SECRETÁRIO-GERAL DA UGT

As medidas propostas pelo FMI "não são executáveis, tal como estão. É preciso uma reestruturação do Estado e redefinir prioridades"

AUGUSTO MATEUS ECONOMISTA

Possível se não ultrapassar certos limites

A Constituição, em geral, não impede cortes nas pensões que já estão a ser pagas. Já mexer nos quadros de mobilidade para reduzir funcionários públicos parece algo mais complexo. Constitucionalistas ouvidos pelo DN referem que as alterações são possíveis, mas "não se pode fazer tudo".

QUESTIONÁRIO

Pensões. É constitucional que se proceda legislativamente a alterações no sistema de pensões que alterem o cálculo das reformas que já estão a ser pagas aos pensionistas?

Função pública. É constitucional reformar legislativamente os quadros de mobilidade da função pública de modo a reforçar as suas características enquanto antecâmara do desemprego?



BACELAR GOUVEIA

"É possível proceder a alterações legislativas desde que a descida não seja desigual e desproporcionada. E apenas durante o período da crise económica e financeira. Devem ser, portanto, temporárias as reduções"



PAULO OTERO

"A tutela da confiança, dos direitos adquiridos serão um valor absoluto? Ou podem existir razões de imperioso interesse público que justifiquem uma limitação ou compressão, não sendo contudo excessiva, a direitos adquiridos e à tutela da confiança? Eu acho que sim"



PEDRO BACELAR VASCONCELOS

"Uma questão análoga levantou dúvidas de constitucionalidade e sete ou oito pedidos de fiscalização ao TC. A Constituição, em geral, não impede que essas alterações ocorram. Depende da gravidade das alterações e se não forem violados o princípio da proteção de confiança e o princípio da igualdade"

"Acho que não. A relação jurídica do emprego público tem uma estabilidade reforçada em relação ao emprego privado, adveniente da prossecução do interesse público que a Constituição confere à função pública. No caso dos professores, a redução é natural; deve-se à redução do número de alunos"

"Qualquer despedimento, qualquer cessação de vínculo laboral, tem sempre de ter uma justa causa. Não pode haver lugar à arbitrariedade. Como é que se defende a justa causa? É a legislação, dentro do quadro constitucional"

"A existir uma intenção encapotada de levar as pessoas para o desemprego, é uma violação da Constituição. Todavia, no quadro de ajustamento do conjunto da função pública à necessidade do Estado, no quadro de uma reforma do Estado, isso é possível através do instrumento da mobilidade ou outros"

FMI quer triplicar ritmo de saída de funcionários previsto no memorando

Relatório. Fundo propõe grande corte nas funções do Estado com reflexo nos salários, mas sobretudo no emprego. Relatório aponta para menos 60 a 120 mil pessoas. Pode ser mais do dobro face ao que está no memorando

LUÍS REIS RIBEIRO

A função pública tem de reduzir entre 60 mil a 120 mil empregos nos próximos anos, defende a equipa do FMI no estudo sobre a reforma do Estado. No cenário maximalista, significa que a proposta, ontem conhecida, pretende quase triplicar (até final de 2015) o ritmo de emagrecimento do número de funcionários previsto no memorando da *troika*. Tudo isto acontecerá num ambiente de destruição de empregos histórica na economia

e com o País a tentar sair de uma recessão muito dura, o que acontecerá timidamente em 2014, ainda com o desemprego nos 16%, se tudo correr como dizem Governo e Bruxelas.

O FMI faz contas ao universo atual de referência, que é "superior a 600 mil funcionários", e conclui que o Estado só será viável se, para além dos cortes em salários e pensões, também acontecer uma redução de pessoal de grande magnitude nos próximos anos, com especial ênfase nos sectores da Educação e da Saúde, acompa-

nhado de fortes racionalizações nas pensões, apoios sociais e subsídio de desemprego.

O relatório, ontem divulgado no portal do Governo, depois de o *Jornal de Negócios* ter avançado grande parte do seu conteúdo, a instituição de Washington pugna por "cortes direcionados", mas deixa cair que, numa lógica mais macro (transversal), idealiza uma "redução da força de trabalho de 10% a 20%" face à realidade que hoje existe.

"Depois de se estabelecer a meta, é crucial pôr no terreno um

mecanismo para as saídas com incentivos apropriados e com vista a minimizar os custos do ajustamento", sugerindo depois formas de colocar os funcionários fora do sector público (ver página 8).

Este corte permitirá poupar até 2,7 mil milhões de euros. E eleva a fasquia do memorando - corte médio de 2% ao ano entre 2012 e 2014, cerca de 36 mil pessoas a menos em termos acumulados. Mesmo considerando que a redução em causa seria para fazer até 2015, quer dizer que a meta de 120 mil empregados a menos é 2,6 ve-

zes maior do que os 47 mil resultantes da regra dos 2%.

E para onde vão todas estas pessoas? Todas as saídas contam, exceto ficar no sector público.

Acima de tudo, frisa o FMI, um dos elementos da *troika*, "será importante obter mudanças permanentes". "Reduções de emprego numa parte do sector público (no Governo central, por exemplo) não devem conduzir a um aumento do emprego noutra parte do sector público (por exemplo, sector empresarial do Estado)", lê-se no documento de 76 páginas.



ID: 45578113

10-01-2013

"É preciso dizer basta [à 'troika' e ao Governo]. É preciso acabar com o memorando, porque ele se tornou o problema que impede as soluções para o País. É preciso acabar com a política de direita"

ARMÉNIO CARLOS LÍDER DA CGTP

"É completamente inaplicável ao nosso país, pelo que tais sugestões nos parecem um exercício surrea-lista"

ALBERTO JOÃO JARDIM LÍDER PSD MADEIRA

"Já houve um esforço grande para cortar os gastos na função pública. Não sei até que ponto poderão ser cortados os milhões que o FMI propõe. Parece-me uma escala excessiva. Tal como me parece demasiado a redução de 50 mil professores"

SILVA LOPES EX-MINISTRO DAS FINANÇAS

"Aquilo que está aqui em causa é a completa destruição do Estado social e o abandono dos sectores mais carenciados. É a machadada final no Estado social"

JORGE NEVES DIRIGENTE DA FNAM



MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO

"O problema é o limite. Pode haver alterações dentro de certos limites, salvaguardando princípios gerais da Constituição, como o princípio da confiança e o princípio da proporcionalidade. Não conheço o documento do Fundo Monetário Internacional, mas o sistema de segurança social não é intangível"

"Em abstrato, não existe uma proibição absoluta de fazer esta alteração. À partida, não acho que seja inconstitucional. E essas alterações podem integrar o conjunto da reforma administrativa. Todavia, não se pode fazer tudo - há princípios constitucionais que terão de ser respeitados"



Abebe Selassie diz que cabe à sociedade decidir que nível de proteção deseja ter e pagar

Fundo diz que modelo a seguir será decisão interna

NEGOCIAÇÃO O chefe da missão do FMI em Portugal considera que a refundação do Estado social é um debate a realizar entre Governo, partidos, parceiros sociais e sociedade civil

O chefe da missão do FMI em Portugal, Abebe Selassie, dizia, em novembro, em entrevista ao Dinheiro Vivo, a propósito da poupança de quatro mil milhões de euros e da refundação do Estado social, que isso "é um debate profundamente interno e político que deve ser tido entre o Governo, os parceiros sociais e outros agentes da sociedade portuguesa". Abebe Selassie dizia ainda que "cabe à sociedade portuguesa decidir que nível de proteção social deseja ter, que nível de impostos e qual o equilíbrio entre estas duas dimensões. A minha visão é de que, claramente, o País não pode ter desequilíbrios como teve no passado por causa da diferença entre despesa e receita. Isso não pode acontecer, pois leva a mais endividamento".

Insistindo em que "terão de ser vocês a decidir", o chefe da missão do FMI exemplificava: "Se quiserem ou não um modelo como o dos países escandinavos, onde a proteção social é elevada, mas em que esta tem de ser articulada com uma economia muito dinâmica com capacidade para gerar receita fiscal que pague isso sem gerar distorções." Selassie referiu também que "o dinheiro gasto e o número de professores por aluno tendem a ser muito elevados, mas nos resultados obtidos vocês estão na média ou até abaixo da média relativamente aos países de referência". Noutro exemplo, "na despesa com pensões, quer em termos do rácio em função do PIB quer em termos das taxas de substi-

tuição, vemos que em média o sistema até é relativamente generoso face aos níveis de rendimento, mas a pobreza entre os mais idosos é um problema".

A diretora-geral do FMI, por seu lado, disse na passada semana, em entrevista ao *Expresso*, que "a elevada taxa de desemprego, a fragmentação do mercado de crédito, com os custos de financiamento das empresas portuguesas muito acima dos seus pares europeus, e a dificuldade de reduzir as rendas excessivas dos valores não transacionáveis" são os aspetos que considera menos positivos. A chefe de Abebe Selassie, Christine Lagarde, destacou no entanto positivamente "as reformas estruturais, em particular no mercado de trabalho, a consolidação orçamental que foi decisiva".

Já um documento de trabalho do FMI, elaborado pelo seu economista-chefe e conhecido esta semana, reconhece que os efeitos das medidas de austeridade no desemprego e no comportamento do PIB foram subestimados.

O documento assinado por Olivier Blanchard conclui que "os que fizeram as previsões subestimaram de forma significativa o aumento do desemprego e a baixa do consumo privado e do investimento resultantes da consolidação orçamental".

Neste sentido, Blanchard adiantou que o FMI vai mudar a forma como avalia a necessidade de austeridade em economias desenvolvidas, como as da Europa, onde alguns países em crise não estão a obter os resultados esperados com a consolidação.

"Em alguns países revimos as nossas previsões, para refletir esta e outras investigações. Por exemplo, em Portugal, aliviámos os objetivos do défice", afirmou Olivier Blanchard. G.A.

OPINIÃO

O triunfo da vontade



VIRIATO SOROMENHO-MARQUES
Professor universitário

O relatório exploratório do FMI foi recebido por um inevitável coro de protestos. Ele sugere uma espécie de rasgar de ventre nacional, em nome da "eficiência" do Estado. Contudo, ele apenas confirma o rumo que tem levado 18 dos 27 países da UE a um agravamento do desemprego e de todos os outros indicadores sociais. Nem o FMI (e o resto da *troika*) nem o Governo português parecem perceber que há limites para a capacidade de um povo absorver mudanças radicais. Em 1790, o grande político e pensador irlandês Edmund Burke condenava a revolução francesa por ver nela a expressão de uma arrogância da razão. Ela implicaria a crença ingénua de que a sociedade é uma plasticina que se presta a todas as modelagens. Desde a criação de novas religiões, por decreto, até à reforma agrária feita na ponta das baionetas, como ocorreu na Ucrânia soviética, em 1930. Os jacobinos inauguraram "o assalto aos céus", que se estendeu, depois de muitas dezenas de milhões de vítimas, até à queda do Muro de Berlim. Burke é justamente considerado como o pai do pensamento político conservador democrático. Todavia, ele seria hoje o primeiro a erguer a sua voz contra a arrogância desta direita, voluntarista, que quer fazer regressar os europeus ao inferno da pobreza narrada por Charles Dickens. Os ditos "neoliberais" imitam hoje, na sua língua de trapos tecnocrática, a brutalidade arrogante dos engenheiros de almas do passado. Entregam a propriedade e a dignidade de povos inteiros ao confisco de uma incompetente elite de banqueiros e burocratas, em nome de "sociedades abertas". Com a mesma candura com que no passado se abriam *gulags*, em nome da "emancipação humana". Em ambos os casos, não é a vontade que triunfa, mas o terror nas suas múltiplas e horrendas máscaras.

IMPACTO

Juros da dívida portuguesa sobem

Os juros da dívida soberana portuguesa subiram ontem em todos os prazos, depois de ter sido divulgado o relatório do FMI a propor "um corte permanente na despesa de quatro mil milhões de euros a partir de 2014". Como reação, os juros da dívida de Portugal a dez anos subiram para 6,513%, pelo terceiro dia consecutivo e acima dos 6,46% a que terminaram a negociar na terça-feira. Tendência semelhante registaram as *yields* das obrigações a dois e a cinco anos, que fecharam nos 3,878% e nos 5,278%, respetivamente, igualmente acima do verificado na sessão anterior.